



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 23/2021, QUE FAZEM ENTRE SI  
A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E  
A EMPRESA V3 SERVICES INFORMAÇÃO E  
CONSULTORIA LTDA.**

A Universidade Federal de Pernambuco, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Prof. Alfredo Macedo Gomes, Reitor, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, portador da matrícula funcional nº 1171268, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa V3 Services Informação e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.422.562/0001-02, sediada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 2367, Andar 2, Conjunto 205, Paraíso, na cidade de São Paulo/SP, CEP: 01.401-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Solange Cabrera Fernandes Rodrigues, Procuradora, RG nº 17.240.257-8 SSP/SP, CPF nº 088.316.178-85, e pelo Sr. Paulo Roberto Rodrigues, Procurador, RG nº 15.182.455-1 SSP/SP, CPF nº 057.565.768-51, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.053462/2021-47 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 04/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa para prestação de serviço de cessão temporária de direitos de uso da plataforma vLex BRASIL Premium para acesso à base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), para atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico (Anexo I).

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico (Anexo I) e à Proposta Vencedora (Anexo II), independentemente de transcrição.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 16/08/2021 e encerramento em 16/08/2022, *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

*2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

*2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

*2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

*2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

*2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

*2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 2.896,00 (dois mil oitocentos e noventa e seis reais), perfazendo o valor total de R\$ 34.752,00 (trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e dois).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, conforme a LOA 2021 (Lei nº 14.144, de 22/04/2021 - Publicada no DOU de 23/04/2021), na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade:** 15233 / 153092 - Universidade Federal de Pernambuco / Biblioteca Central;

**Fonte:** Tesouro / Próprio;

**Programa de Trabalho:** 12.364.5013.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No estado de Pernambuco; e

**Elemento de Despesa:** 3390.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 7.5 do Projeto Básico (Anexo I) e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no item 11 do Projeto Básico (Anexo I).

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no item 6 do Projeto Básico (Anexo I).

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no item 5 do Projeto Básico (Anexo I).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 7.4 do Projeto Básico (Anexo I).

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Recife, 16 de Agosto de 2021.

ALFREDO MACEDO  
GOMES:419720744  
15

Assinado de forma digital  
por ALFREDO MACEDO  
GOMES:41972074415  
Dados: 2021.08.16 14:50:26  
-03'00'

---

### CONTRATANTE

Prof. Alfredo Macedo Gomes  
Reitor  
RG nº 2.680.490 SSP/PE

SOLANGE CABRERA  
FERNANDES  
RODRIGUES:0883161788  
5

Assinado de forma digital por  
SOLANGE CABRERA FERNANDES  
RODRIGUES:08831617885  
Dados: 2021.08.16 11:38:56  
-03'00'

---

### CONTRATADA

Sra. Solange Cabrera Fernandes Rodrigues  
Procuradora  
RG nº 17.240.257-8 SSP/SP

PAULO ROBERTO  
RODRIGUES:057565  
76851

Assinado de forma digital por  
PAULO ROBERTO  
RODRIGUES:05756576851  
Dados: 2021.08.16 11:39:20 -03'00'

---

### CONTRATADA

Sr. Paulo Roberto Rodrigues  
Procurador  
RG nº 15.182.455-1 SSP/SP

### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ CPF Nº \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_ CPF Nº \_\_\_\_\_



**PROGEST**  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO  
ADMINISTRATIVA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

## **Projeto Básico**

**Processo Administrativo nº 23076.053462/2021-47**

**Biblioteca Digital – *vLex BRASIL Premium***

Recife, 18 julho de 2021.

### Histórico de Revisões

ata	Versão	Descrição	Autor
18/07/2021	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Fabiana Leleu, Fabio Rosa
18/07/2021	2.0	Finalização da segunda versão do documento	Fabio Rosa

## Sumário

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO	4
2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	1
2.1 Bens e serviços que compõem a solução	5
3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO	5
3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação	5
3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais	8
3.3. Estimativa da demanda	9
3.4. Parcelamento da Solução de TIC	10
3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados	10
4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	11
4.1. Requisitos de Negócio	11
4.2. Requisitos de Capacitação	11
4.3. Requisitos Legais	11
4.4. Requisitos de Manutenção	11
4.5. Requisitos Temporais	14
4.6. Requisitos de Segurança	15
4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	15
4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica	15
4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação	15
4.10. Requisitos de Implantação	15
4.11. Requisitos de Garantia	15
4.12. Requisitos de Experiência Profissional	16
4.13. Requisitos de Formação da Equipe	17
4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho	17
4.15. Requisitos de Segurança da Informação	17
4.16. Outros Requisitos Aplicáveis	17
5 – RESPONSABILIDADES	17
5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE	17
5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA	20
5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços	21
6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	22
6.1. Rotinas de Execução	22
6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle	27
6.3. Mecanismos formais de comunicação	27
6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança	27
7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	28



7.1. Critérios de Aceitação	28
7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção	29
7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos	29
7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento	30
7.5. Do Pagamento	33
8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO	37
9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	37
10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	38
11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (quando aplicável)	38
12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	39
12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação	39
12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência	39
12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação	39
13 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO	41

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

### 1.1. Objeto:

1.1.1. Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa para prestação de serviço de cessão temporária de direitos de uso da plataforma **vLex BRASIL Premium** para acesso à base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, para atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE.

1.1.2. O processo administrativo a que se refere este Projeto Básico para contratação direta é o 23076.053462/2021-47.

### 1.2. Beneficiária:

1.2.1. A **beneficiária** da presente inexigibilidade de licitação é a empresa **V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº **12.422.562/0001-02**, situada Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367, andar 2, conj. 205, Paraíso, São Paulo, São Paulo, CEP 01401-000, inscrição estadual nº 146683315115, inscrição municipal nº 41272609.

1.2.2. O **representante legal** da referida empresa é Paulo Roberto Rodrigues, brasileiro, casado, Procurador/Sócio, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 15.182.455-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 057.565.768-51, residente e domiciliado na Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro, São Paulo, São Paulo, CEP 01049-911.

### 1.3. Fundamentação legal:

1.3.1. Esta contratação direta está fundamentada no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993.

1.3.2. Além das disposições da Lei nº 8.666/1993 e demais legislações pertinentes, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, esta contratação observa, em especial, o disposto na:

- a) **Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019**, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;
- b) **Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020**, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, dispõe sobre a

elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

- c) **Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020**, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- d) **Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021**, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- e) **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- f) **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017**, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1.1. Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de cessão temporária de direitos de uso da plataforma **vLex BRASIL Premium** para acesso à base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, para atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE.

### 2.2. Bens e serviços que compõem a solução

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	Cessão temporária de direitos de uso da Plataforma de Biblioteca Digital vLex BRASIL Premium	27502	12	meses

### 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

#### 3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. A assinatura para prestação de serviço de base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições) em formato eletrônico visa suprir necessidades da comunidade acadêmica da UFPE, em especial, a dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE, considerando a tendência mundial de tornar as bibliotecas híbridas – dispondo de fontes de informação tanto em formato físico quanto digital –, notadamente ampliada com as atividades remotas, devido à pandemia da COVID-19, de manter e expandir os serviços digitais do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE.

3.1.2. É importante destacar que o público-alvo atualmente da Biblioteca do CCJ é formado por aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) alunos da graduação do curso de Direito, 150 (cento e cinquenta) alunos na pós-graduação do referido curso e 60 (sessenta) professores. Dentre esses quantitativos, 04 (quatro) alunos possuem cegueira e baixa visão, necessitando de recursos audiovisuais para que possam acessar e realizar suas pesquisas.

3.1.3. Outrossim, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tem como missão promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais.

3.1.4. Como uma Universidade contemporânea, a UFPE não pode deixar de cumprir funções, antecipar e atender solicitações da sociedade global que se renovam, mudam, se ampliam e exigem, sobretudo, novas competências institucionais (entendidas como a capacidade técnica e ética de responder a tais solicitações e antecipá-las) que precisam ser desenvolvidas enquanto projeto institucional duradouro, sem, no entanto, abandonar as exigências de responsabilidade moral, de cuidado com o meio ambiente e de respeito à diversidade cultural como fundamentos de uma convivência social mais igualitária, responsável e justa.

3.1.5. Nesse sentido, dentre os valores adotados pela UFPE, estão a criatividade visando inovar teórica e aplicativamente, na construção interdisciplinar de conhecimentos relevantes à transformação socioambiental e a sustentabilidade que tem como objetivo produzir conhecimento eticamente responsável, consciente de que desenvolvimento econômico e social é perfeitamente compatível com preservação ambiental.

3.1.6. Para contribuir com a comunidade acadêmica na concretização desses valores e seus objetivos, foi criado o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco – SIB/UFPE, cujo objetivo é difundir informação, democratizar o conhecimento acadêmico e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE.

3.1.7. O Sistema é formado pela Biblioteca Central e mais 13 bibliotecas localizadas nos Centros Acadêmicos e Colégio de Aplicação. Juntas, reúnem em sua coleção cerca de 300 mil títulos com mais de 1 milhão de exemplares.

3.1.8. Nas bibliotecas da UFPE, estão à disposição de alunos e professores, uma coleção formada por livros, publicações periódicas impressas e eletrônicas, teses e dissertações, materiais multimídia e outros documentos.

3.1.9. Atualmente, a maior parte do acervo das bibliotecas da UFPE é composta por livros impressos. Todavia, existe uma tendência mundial de tornar as bibliotecas híbridas (com acervos físicos e digitais) que exige a superação de desafios com práticas inovadoras, sobretudo em relação:

- a) ao **acesso à informação**, para apoio à pesquisa e ao ensino híbrido, é preciso ofertar conteúdos com facilidade e rapidez de acesso, em plataforma que permita o alcance simultâneo de múltiplos usuários a um mesmo título, com acesso remoto (*online* e *offline*) em qualquer lugar e horário;
- b) às **questões de sustentabilidade socioambientais**, por exemplo, com a redução de impactos ambientais (principalmente, quanto à significativa redução do uso de papel, etiquetas, mobiliário e etc.);
- c) às **questões de sustentabilidade econômicas**, pois, não será necessário realizar uma nova aquisição a cada norma que for criada ou atualizada, além de, por ser uma plataforma digital, dispensar a necessidade de espaços físicos, manutenção e conservação de documentos físicos, aquisição de mobiliários e etiquetas, tempo e maior esforço para catalogação e levantamentos estatísticos;
- d) às **questões de acessibilidade**, objetivando facilitar o acesso à informação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, é fundamental a oferta de recursos a exemplo de leitor de tela, realce de cores, contrastes, marcações de páginas e ampliadores de fonte/texto.

3.1.10. Soma-se a estes desafios a atual situação de isolamento social que o Brasil e o mundo estão vivenciando em virtude da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Tal fato exige que cada vez mais o mundo seja mais digital para uma melhor adaptação à nova realidade.

3.1.11. Com as instituições de ensino essa exigência não é diferente. O ensino e a pesquisa estão ocorrendo predominantemente de forma remota em razão da necessidade de isolamento social e ainda são muitas as incertezas quanto ao tempo de duração do ensino remoto ou híbrido.

3.1.12. Dessa forma, a UFPE, através do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco – SIB/UFPE, diante dos desafios acima elencados e da situação da pandemia da COVID-19, para contribuir com a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas, vêm buscando alternativas digitais, as quais almejam garantir um maior e melhor apoio/suporte à comunidade acadêmica da UFPE. Cada Biblioteca Setorial, portanto, assume um papel relevante na identificação das demandas específicas da comunidade acadêmica do centro ao qual está ligada.

3.1.13. É com esse direcionamento que a **Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE** identificou, juntamente com a **Direção do CCJ/UFPE**, que a demanda em tela decorre, em especial, das seguintes necessidades:

3.1.13.1. oferecer bases de dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências,

doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), na íntegra e atualizado, como fonte de informação para apoio do ensino, pesquisa, extensão para docentes, técnicos e discentes de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE da UFPE;

3.1.13.2. facilitar o acesso à informação da comunidade acadêmica da UFPE para apoio à pesquisa e ao ensino híbrido, tornando mais fácil o processo de aprendizagem e quebrando barreiras à medida que a plataforma permite rapidez na pesquisa, alcance simultâneo de múltiplos usuários a um mesmo título e/ou documento, com acesso remoto (*online* e *offline*) em qualquer lugar e horário;

3.1.13.3. dispor de plataforma que garanta a acessibilidade visando facilitar o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida às fontes de pesquisas, à informação, com no mínimo, recursos como leitor em voz alta ou outro recurso/alternativa de disponibilização do conteúdo que facilite o uso de *softwares* para leitura audível do documento, tela noturna, aumento do tamanho da fonte, realce de cores e marcadores de páginas;

3.1.13.4. possuir uma plataforma na qual estejam congregados os mais diversos conteúdos jurídicos, constantemente atualizados, principalmente no que diz respeito às **legislações e jurisprudências**, uma vez que facilitará não só a pesquisa como também proporcionará um melhor gerenciamento do SIB/UFPE acerca das informações e estatísticas de uso (os dados são essenciais para o planejamento e gestão de futuras demandas), assim como controle e acompanhamento da STI/UFPE em relação ao funcionamento do sistema. Há que se destacar que em virtude de constantes mudanças nas legislações e surgimento de novas jurisprudências, dentre outras, a área de Direito tem uma característica bastante dinâmica, daí surge a necessidade de contínua atualização dos conteúdos. As **legislações e jurisprudências**, em especial, encontram-se dispersas no mundo jurídico, a exemplo nos sites dos órgãos do Poder Judiciário. Pesquisar em diversas plataformas ou até mesmo em diversos sites, em termos acadêmicos, torna a pesquisa menos eficiente e eficaz, principalmente para o estudante de Direito. Ademais, contratar conteúdos jurídicos por categorias, em plataformas diversas, dificultaria o acesso da comunidade acadêmica, o gerenciamento do conteúdo, acompanhamento e possíveis soluções de problemas pela área técnica de TIC da UFPE junto aos possíveis prestadores do serviço e, conseqüentemente, poderia elevar os custos diretos e indiretos da Administração, tornando a contratação desvantajosa para a Administração, contrariando assim o princípio da economicidade;

3.1.13.5. pôr à disposição da comunidade acadêmica uma ferramenta de pesquisa dinâmica e facilitada por variados filtros, numa única plataforma, principalmente para acesso a legislações e jurisprudências, além de modelos de contratos e peças contratuais prontos para serem adaptados e utilizados;

3.1.13.6. tornar as bibliotecas cada vez mais híbridas (com acervos físicos e digitais) as quais contribuirão para superação de desafios com práticas inovadoras;

3.1.13.7. oferecer ferramentas que contribuam para manutenção da qualidade dos trabalhos acadêmicos e artigos científicos produzidos pela comunidade acadêmica do CCJ/UFPE; e

3.1.13.8. disponibilizar fontes de informações que estejam disponíveis 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana e de qualquer lugar (dentro e fora do espaço físico da

universidade), por meio de computador/*notebook*, *tablet* ou *smartphone*, sem interrupção de acesso.

3.1.14. Objetivando, portanto, atender a essas necessidades, a **Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE** vem, juntamente com a **Direção do Centro de Ciências Jurídicas**, buscando soluções/ferramentas no mercado que colaborem com a ampliação do acervo e com a melhoria contínua do ensino e da pesquisa.

3.1.15. Nesse sentido, a contratação da cessão temporária de uso da plataforma digital vLex BRASIL Premium, mediante assinatura anual, para acesso a base de dados formada por conteúdo jurídico nacional com legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições, em constante atualização e com todas as decisões e acórdãos dos Tribunais Superiores e legislações condensados em uma única ferramenta de pesquisa, permitirá a toda comunidade acadêmica do CCJ/UFPE pesquisar de maneira mais eficiente e eficaz.

3.1.16. Outrossim, é importante ressaltar que a única empresa que ofereceu a solução com as **características técnicas singulares explanadas no Parecer Técnico/Justificativa** constante nos autos, principalmente em termos de quantidade de legislações e jurisprudências condensadas em uma única plataforma, de facilidade e abrangência de pesquisas, de materiais convergentes com as ementas e de garantia de atualização diária dos conteúdos conforme o caso, foi a V3 Services Informação e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.422.562/0001-02, com a plataforma **vLex BRASIL Premium**. Trechos do referido Parecer Técnico/Justificativa merecem destaque:

3.2. É relevante salientar que o ambiente jurídico se caracteriza por ser intensamente dinâmico, sobretudo, nas informações advindas da jurisprudência que é movimentada diariamente no Brasil. Dificilmente uma biblioteca pública acadêmica conseguirá manter-se a par de congregar fisicamente, por meio da aquisição de material bibliográfico impresso e até mesmo digital, as resoluções, despachos judiciais, emendas, dentre outros tipos de expediente jurídico, com a rapidez que a base de dados da vLex pode proporcionar em meio digital através de plataforma com organização e a constante atualização requerida. O serviço, portanto, é de suma relevância para as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitários.

3.3. Outrossim, a referida plataforma digital possibilitará o acesso ilimitado e simultâneo aos conteúdos indicados pelas coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPE, de forma a realizarem estudos e leituras em computadores, *notebooks* e dispositivos móveis em qualquer tempo e em qualquer lugar sem interrupção de acesso.

3.4. Embora haja outras soluções abrangentes em termos de bases digitais, com conteúdos jurídicos, as bases não detêm os variados conteúdos jurídicos como legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições em uma única plataforma, o que demandaria a contratação de diversas soluções, o que ocasionaria uma maior oneração à instituição, sendo econômica e operacionalmente inviável.

(...)

3.6. Essa é a única plataforma que contempla uma grande quantidade de conteúdo jurídico condensado em uma só ferramenta de pesquisa, com tecnologia que permite estabelecer uma conexão entre os diversos conteúdos, possibilitando pesquisas abrangentes e facilitando as pesquisas relacionadas a um determinado tema. É também a única plataforma que possui um acervo digital formado por conteúdos jurídicos que possuem não só qualidade, como também consonância com os planos de ensino necessárias à satisfação da demanda do curso de Direito.

3.7. Soma-se a isso o fato de que a base de dados da referida plataforma é atualizada constantemente. Considerando a característica dinâmica do curso de Direito em virtude de contínuas atualizações das legislações, doutrinas, jurisprudências e outros, esse requisito é também de suma importância a ser levado em consideração.



(...)

3.9. Vale salientar que a referida plataforma possui tecnologias assistivas que garantem a inclusão social das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

(...)

3.11. Em suma, trata-se, portanto, de escolha de uma ferramenta indispensável para a atualização e realização de pesquisas na área jurídica, envolvendo, em especial, legislações, doutrinas e jurisprudências, com textos atuais em torno de temas relevantes do mundo do direito, ou seja, uma plataforma que atenderá de maneira efetiva às necessidades de ensino e pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas da UFPE e que permitirá o acesso multiusuário e simultâneo de alunos (as) e servidores docentes e bibliotecários.

3.1.17. Logo, é um serviço/solução que a UFPE não pode deixar de ter, pois ele irá, em especial:

3.1.17.1. oferecer bases de dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), na íntegra e atualizado, como fonte de informação para apoio do ensino, pesquisa, extensão para docentes, técnicos e discentes de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE da UFPE;

3.1.17.2. facilitar o acesso à informação da comunidade acadêmica da UFPE para apoio à pesquisa e ao ensino híbrido, tornando mais fácil o processo de aprendizagem e quebrando barreiras à medida que a plataforma permite rapidez na pesquisa, alcance simultâneo de múltiplos usuários a um mesmo título e/ou documento, com acesso remoto (*online* e *offline*) em qualquer lugar e horário;

3.1.17.3. garantir a acessibilidade visando facilitar o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida às fontes de pesquisas, à informação, com no mínimo, recursos como leitor em voz alta ou outro recurso/alternativa de disponibilização do conteúdo que facilite o uso de softwares para leitura audível do documento, tela noturna, aumento do tamanho da fonte, realce de cores e marcadores de páginas;

3.1.17.4. ter congregados os mais diversos conteúdos jurídicos, constantemente atualizados, principalmente no que diz respeito às **legislações e jurisprudências**, uma vez que facilitará não só a pesquisa como também proporcionará um melhor gerenciamento do SIB/UFPE acerca das informações e estatísticas de uso (os dados são essenciais para o planejamento e gestão de futuras demandas), assim como controle e acompanhamento da STI/UFPE em relação ao funcionamento do sistema;

3.1.17.5. pôr à disposição da comunidade acadêmica uma ferramenta de pesquisa dinâmica e facilitada por variados filtros, numa única plataforma, principalmente para acesso a legislações e jurisprudências, além de modelos de contratos e peças contratuais prontos para serem adaptados e utilizados;

3.1.17.6. contribuir para manutenção da qualidade dos trabalhos acadêmicos e artigos científicos produzidos pela comunidade acadêmica do CCJ/UFPE;

3.1.17.7. disponibilizar fontes de informações que estejam disponíveis 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana e de qualquer lugar (dentro e fora do espaço físico da universidade), por meio de computador/*notebook*, *tablet* ou *smartphone*, sem interrupção de



acesso.

3.1.17.8. promover a sustentabilidade socioambiental a medida em que serão reduzidos os impactos quanto a redução do uso de papel, compra de etiquetas, mobiliário e etc;

3.1.17.9. reduzir custos diretos e indiretos devido a não ser necessário realizar uma nova aquisição a cada norma que for criada ou atualizada, além de, por ser uma plataforma digital, dispensar a necessidade de espaços físicos, manutenção e conservação de documentos físicos, aquisição de mobiliários e etiquetas, tempo e maior esforço para catalogação e levantamentos estatísticos; e

3.1.17.10. assegurar, durante o isolamento social em virtude da pandemia da COVID-19, o acesso da comunidade acadêmica às normas técnicas, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão que estão ocorrendo de forma remota.

3.1.18. A solução a ser contratada, vLex BRASIL Premium, contempla um acervo digital, em constante atualização, com legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições, dentre os quais destacam-se:

3.1.18.1. todas as seções do Diário Oficial da União, Diários Estaduais, Municipais, entre outros;

3.1.18.2. jurisprudência dos Tribunais Superiores;

3.1.18.3. tecnologia exclusiva que permite o relacionamento entre as fontes (Legislação, Jurisprudência, Doutrina e Notícias) – Tecnologia vCite, que reconhece automaticamente as menções a cada citação jurídica e enriquece o documento com hiperlinks que levam às citações;

3.1.18.4. conteúdo específico de doutrina composto por: mais de 1500 livros eletrônicos (renomadas editoras, como LTr, FGV Direito, JH Mizuno, Leud, Pillares, Malheiros, Bonijuris, Synergia, ContraCorrente e Letras Jurídicas entre outras) e mais de 100 periódicos eletrônicos (incluindo títulos classificados pela Capes – Qualis), cuja quantidade pode variar, tendo em vista que o acervo encontra-se em constante atualização.

3.1.19. Dessa forma, a contratação da V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 12.422.562/0001-02, dar-se-á diretamente, por **inexigibilidade de licitação**, com fundamento **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993**, tendo em vista que o **Parecer Técnico/Justificativa** constante nestes autos, por meio do qual a **Biblioteca Setorial e a Diretoria do Centro de Ciências Jurídicas apresentam as motivações/justificativas para a escolha e explica a singularidade da plataforma vLex BRASIL Premium, software** que a V3 Service é fornecedora exclusiva, sendo a única distribuidora no Brasil da empresa VLEX NETWORKS S.L., autorizada a distribuir em todo o território nacional as Bases de Dados do portal VLEX.com, e possui exclusividade nos atos relacionados a ofertar, negociar, faturar (emitir notas fiscais) e capacitar essas Bases de Dados em todos os órgãos públicos, instituições acadêmicas e corporações privadas no Brasil, devidamente comprovada por meio do Certidão de Exclusividade nº 210707/37.256 expedido pela Associação Brasileira das Empresas de Software, datado de 07/07/2021, com validade de 180 (cento e vinte) dias.

3.1.20. Além de tudo, é importante ressaltar que a UFPE adquiriu o referido serviço em

anos anteriores (a exemplo da contratação anterior – processo administrativo nº 23076.042207/2019-91) e o mesmo vem atendendo de maneira eficiente, eficaz e efetiva às necessidades da comunidade acadêmica do Centro de Ciências Jurídicas da UFPE, conforme supracitado parecer técnico. Foi realizada também pesquisa de mercado e identificou-se que em outras instituições de ensino superior e órgãos do Poder Judiciário também adotaram solução similar para ofertar à comunidade acadêmica e a seus servidores e membros. Assim, foi identificado que instituições/órgãos como UFBA, UFMA, UFAM, ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU, também adotaram essa solução para acervos digitais.

3.1.21. Por fim, a referida solução atende os requisitos técnicos elencados no item 1 do Estudo Técnico Preliminar, conforme proposta comercial encaminhada pelo fornecedor/beneficiária.

### 3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

#### 3.2.1. Alinhamento aos Planos Estratégicos Institucional (da UFPE) e de Governança Digital

3.2.1.1. O **Plano Estratégico Institucional da UFPE para 2013-2027**, ao apresentar sua missão nos remete a ideia de ser uma Instituição provedora dos meios necessários a comunidade acadêmica para poder galgar espaço na sociedade por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão nas quais as bibliotecas estão inseridas juntamente com seus acervos sejam eles físicos ou digitais: “Como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais.” (UFPE, p. 25, 2013).

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID do objetivo no PEI	Objetivos Estratégicos da UFPE (Planejamento Estratégico Institucional)
N16	Desenvolver a Gestão da Informação e implantar sistemas integrados de informação e Comunicação robustos e consistentes que abranjam todas as áreas da instituição

3.2.1.2. Considerando o disposto no Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de **Governo Digital para o período de 2020 a 2022**, no âmbito dos órgão e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, em especial, ao contido no art. 9º no que diz respeito a “oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, consolidados em plataforma única e com avaliação de satisfação disponível”, a contratação pretendida está alinhada ao Objetivo 1 - Oferta de serviços públicos digitais.

ID	Estratégia de Governança Digital 2020-2022
M1	Oferta de serviços públicos digitais

### 3.2.2. Alinhamento ao PDTIC 2020-2021

3.2.2.1. Em relação ao **alinhamento ao PDTIC 2020-2021** há que se destacar também que esta contratação está alinhada à Política de Governança Digital da UFPE instituída pela Resolução nº 10/2019 do Conselho de Administração – CONSAD/UFPE, uma vez que seu art. 9º, respectivamente, nos incisos V e VI, prevê a “ampliação contínua dos serviços digitais da UFPE” e “compartilhamento e integração de dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura de TIC”.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020-2021			
ID	Necessidade do PDTIC	Ação do PDTIC	Meta do PDTIC
N22	PACTIC 2020 e 2021	Execução das demandas previstas nos PACTIC 2020-2021	100% - Execução

3.2.2.2. Vale ressaltar que esta ação não está prevista no PAC 2021. Todavia, foi solicitada inclusão conforme Planilha de Inclusão no PAC anexada aos autos. Anteriormente tal ação não havia sido incluída, em virtude de lapso durante o planejamento. Porém, é relevante salientar que já estão sendo adotadas medidas para que tal fato não mais ocorra. É importante salientar também que, apesar desta ação não estar prevista no PAC 2021, a manutenção dessa ação é necessária para a prestação do serviço ora em curso à comunidade acadêmica, em especial, a comunidade do CCJ. A plataforma a ser contratada constitui uma ferramenta de acesso remoto à informação jurídica cuja funcionalidade tem sido imprescindível, sobretudo, nesse período de pandemia. Sua inclusão, também no PAC 2022, certamente será necessária de maneira a viabilizar recursos dentro do planejamento orçamentário da Universidade para a renovação do contrato.

ALINHAMENTO AO PAC 2021		
Nº Item	Descrição	Quantidade
-	Não incluído. Ver Planilha de Inclusão no PAC.	-

### 3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. A aquisição de 01 (uma) cessão temporária de direitos de uso da plataforma vLex BRASIL Premium para acesso a base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, visa atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE.

3.3.2. Para definir a demanda, foi realizada análise minuciosa das necessidades pela Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas juntamente com a Direção do CCJ/UFPE, conforme exposto no Parecer Técnico/Justificativa constante nos autos.

3.3.3. A previsão do período da prestação do serviço é de 16/08/2021 a 16/08/2022.

### 3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. O serviço de cessão temporária de direitos de uso da plataforma terá início após a assinatura do contrato e será executado durante o período de 12 meses sendo remunerado mensalmente pela CONTRATANTE.

### 3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Com a contratação dessa solução, objetiva-se:

3.5.1.1. oferecer bases de dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), na íntegra e atualizado, como fonte de informação para apoio do ensino, pesquisa, extensão para docentes, técnicos e discentes de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE da UFPE;

3.5.1.2. facilitar o acesso à informação da comunidade acadêmica da UFPE para apoio à pesquisa e ao ensino híbrido, tornando mais fácil o processo de aprendizagem e quebrando barreiras à medida que a plataforma permite rapidez na pesquisa, alcance simultâneo de múltiplos usuários a um mesmo título e/ou documento, com acesso remoto (*online* e *offline*) em qualquer lugar e horário;

3.5.1.3. dispor de plataforma que garanta a acessibilidade visando facilitar o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida às fontes de pesquisas, à informação, com no mínimo, recursos como leitor em voz alta ou outro recurso/alternativa de disponibilização do conteúdo que facilite o uso de softwares para leitura audível do documento, tela noturna, aumento do tamanho da fonte, realce de cores e marcadores de páginas;

3.5.1.4. possuir uma plataforma na qual estejam congregados os mais diversos conteúdos jurídicos, constantemente atualizados, principalmente no que diz respeito às **legislações e jurisprudências**, uma vez que facilitará não só a pesquisa como também proporcionará um melhor gerenciamento do SIB/UFPE acerca das informações e estatísticas de uso (os dados são essenciais para o planejamento e gestão de futuras demandas), assim como controle e acompanhamento da STI/UFPE em relação ao funcionamento do sistema;

3.5.1.5. pôr à disposição da comunidade acadêmica uma ferramenta de pesquisa dinâmica e facilitada por variados filtros, numa única plataforma, principalmente para acesso a legislações e jurisprudências, além de modelos de contratos e peças contratuais prontos para serem adaptados e utilizados;

3.5.1.6. tornar as bibliotecas cada vez mais híbridas (com acervos físicos e digitais) as quais contribuirão para superação de desafios com práticas inovadoras, permitindo que o SIB/UFPE acompanhe as tendências mundiais de inovação e tecnologia tornando-se uma biblioteca híbrida;

3.5.1.7. oferecer ferramentas que contribuam para manutenção da qualidade dos trabalhos acadêmicos e artigos científicos produzidos pela comunidade acadêmica do CCJ/UFPE;

3.5.1.8. disponibilizar fontes de informações que estejam disponíveis 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana e de qualquer lugar (dentro e fora do espaço físico da universidade), por meio de computador/*notebook*, *tablet* ou *smartphone*, sem interrupção de acesso.

3.5.1.9. promover a sustentabilidade socioambiental a medida em que serão reduzidos os

impactos quanto a redução do uso de papel, compra de etiquetas, mobiliário e etc;

3.5.1.10. reduzir custos diretos e indiretos devido a não ser necessário realizar uma nova aquisição a cada norma que for criada ou atualizada, além de, por ser uma plataforma digital, dispensar a necessidade de espaços físicos, manutenção e conservação de documentos físicos, aquisição de mobiliários e etiquetas, tempo e maior esforço para catalogação e levantamentos estatísticos;

3.5.1.11. contribuir para manutenção da qualidade dos trabalhos acadêmicos e artigos científicos produzidos pela comunidade acadêmica da UFPE;

3.5.1.12. assegurar, durante o isolamento social em virtude da pandemia da COVID-19, o acesso da comunidade acadêmica às normas técnicas, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão que estão ocorrendo de forma remota; e

3.5.1.13. garantir, mesmo após o período da pandemia da COVID-19, novas ferramentas de pesquisa para uso da comunidade acadêmica.

### 3.6. Quanto ao preço e à escolha do Fornecedor

3.6.1. Foi verificada a inviabilidade de competição em virtude de se tratar de **fornecedor exclusivo**, conforme **Parecer Técnico/Justificativa** emitido pela Biblioteca Setorial do CCJ e da Direção do CCJ, **Documento de Formalização da Demanda** e **Estudo Técnico Preliminar** onde foram apresentadas de forma detalhada as razões para a escolha da beneficiária em tela (indicada no item 1 deste Projeto Básico), bem como foi declarada a vantajosidade da contratação consoante **Pesquisa de Preços** (ANEXO IV) e **Declaração de Vantajosidade da Contratação** (ANEXO V).

3.6.2. Sendo assim, o art. 25 da Lei nº 8.666/1993, prevê que:

“Art. 25. É inexigível a licitação **quando houver inviabilidade de competição** (grifo nosso), em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

## 4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A contratada deverá atender, durante todo o período da contratação, aos requisitos/necessidades de cessão temporária de direitos de uso da plataforma **vLex BRASIL Premium** para acesso à base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências,

doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, para atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE.

4.1.2. Possibilitar *download* e impressão do conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), sem custos adicionais.

4.1.3. Permitir acesso ilimitado e simultâneo conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições) pela comunidade acadêmica da UFPE.

4.1.4. Propiciar acesso administrativo a dados estatísticos de uso, conteúdos jurídicos mais acessados, entre outros relatórios.

#### 4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. A contratada deverá prover treinamento adequado inicialmente aos bibliotecários que serão agentes de disseminação aos demais usuários da plataforma, podendo ser realizado de forma presencial ou remota.

4.2.2. De acordo com a relevância e complexidade da demanda, a Contratante poderá dispensar a realização de treinamento caso julgue não ser necessário.

4.2.3. Será de responsabilidade da Contratante, no caso de treinamento presencial, a disponibilização de infraestrutura física e de equipamentos para treinamento, incluindo sala e projetor.

4.2.4. O repasse de conhecimento acerca das informações e esclarecimentos referentes à utilização da plataforma de consulta deve ser fundamentado no ambiente tecnológico adotado pela Contratante.

4.2.5. Além do treinamento a Contratada poderá disponibilizar tutoriais, guias e suporte técnico no uso da plataforma VLEX BRASIL PREMIUM.

#### 4.3. Requisitos Legais

Nesta contratação devem ser observadas as seguintes leis e normas:

4.3.1. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

4.3.2. Instrução Normativa nº 01/2019 STI/MP, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;

4.3.3. Demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

#### 4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. A Contratada deverá garantir, durante todo o período de vigência do contrato, o acesso aos títulos e/ou documentos, hospedagem, manutenção e assistência técnica da plataforma *web* de acesso.

4.4.2. A Contratada deverá realizar todas as manutenções necessárias para o correto funcionamento da Solução.

4.4.3. O termo “Manutenção”, quando não especificado, diz respeito a todas as manutenções: evolutivas e corretivas.

4.4.4. Para esta contratação, as demandas de manutenção corretiva compreendem a detecção, o diagnóstico e a correção de defeitos, erros ou falhas ocorridas nos sistemas e portais em operação. Como erro ou falha entende-se o comportamento inadequado que cause problema de uso ou funcionamento, a geração de resultado diferente do previsto, em decorrência da não observância dos requisitos.

4.4.5. O registro de defeitos, erros ou falhas será realizado pelo Fiscal Requisitante ou Fiscal Técnico que identificou ou acolheu a não conformidade, e será formalizado por *email* para encaminhamento ao preposto para a correção.

4.4.6. Os prazos para retorno do comportamento adequado do sistema e solução definitiva da origem do problema estão relacionados com o grau de criticidade registrado.

#### 4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. A liberação do acesso à utilização da plataforma VLEX BRASIL PREMIUM se dará a partir do pagamento parcelado do valor total do contrato, em 12 (doze) meses.

#### 4.6. Requisitos de Segurança

4.6.1. Permitir acesso remoto da comunidade acadêmica da UFPE à plataforma VLEX BRASIL PREMIUM com acesso total a referida base de dados, durante todo o período de vigência contratual, por meio de *login* e senha do *e-mail* institucional ou através da rede da UFPE.

4.6.2. A CONTRATADA deverá manter em segurança as informações da credencial de acesso à rede da CONTRATANTE.



#### **4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. Oferecer recursos mínimos de acessibilidade adicionais na plataforma, tais como: leitor em voz alta ou outro recurso/alternativa de disponibilização do conteúdo que facilite o uso de softwares para leitura audível do documento, tela noturna, aumento do tamanho da fonte, realce de cores e marcadores de páginas.

4.7.2. Apresentar interface web em português-Br.

#### **4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Manter acessibilidade em ambiente Web (com uso dos navegadores Microsoft Edge, Google Chrome 87.0 ou superior e Mozilla Firefox 60.0 ou superior) e em dispositivos mobile IOS e Android, com interface web em português-Br e da ferramenta de pesquisa em caixa única de busca simples e avançada.

4.8.2. Ser acessível em dispositivos mobile IOS e Android.

4.8.3. Apresentar sempre a versão mais atualizada da plataforma de acesso do fornecedor/fabricante.

4.8.4. Ser hospedada em infraestrutura de onde a Contratada tenha a administração dos servidores e da aplicação.

#### **4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. Dispensar a necessidade de instalação de software adicional, pois o acesso se dará única e exclusivamente à plataforma do Contratado.

#### **4.10. Requisitos de Implantação**

4.10.1. Permitir a utilização imediata a partir da assinatura do contrato por parte da Contratada.

#### **4.11. Requisitos de Garantia**

4.11.1. A CONTRATADA deverá garantir o acesso ininterrupto ao serviço, com pleno funcionamento de todas as coleções e recursos contratados na plataforma VLEX BRASIL PREMIUM, durante todo período de vigência do contrato.

4.11.2. O suporte técnico deverá ser prestado de forma a assegurar a disponibilidade e manter a plataforma em perfeitas condições de uso.

#### **4.12. Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. A CONTRATADA deverá compartilhar informações e treinamentos sobre o uso da plataforma, através de treinamento, manuais, guias para usuário e suporte por email e/ou sistema de atendimento eletrônico.



#### **4.13. Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. Não aplicável pois o objeto da contratação envolve apenas o fornecimento de serviço de TIC comum de baixa complexidade e de uso imediato.

#### **4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. Não aplicável pois o objeto da contratação envolve apenas o fornecimento de serviço de TIC comum de baixa complexidade e de uso quando necessário.

#### **4.15. Requisitos de Segurança da Informação**

4.15.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

4.15.2 O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no ANEXO III.

4.15.1. Permitir acesso autenticado através da comunidade acadêmica federada (CAFe), SSO, Gmail institucional da UFPE ou integração com o Pergamum.

4.15.2. Permitir acesso validado pelo IP de origem da rede da UFPE.

#### **4.16. Outros Requisitos Aplicáveis**

4.16.1. Não aplicável.

### **5. RESPONSABILIDADES**

#### **5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.1.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor (es) especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção,

certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.1.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

5.1.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

5.1.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

5.1.1.10. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita e no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;

5.1.1.11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes deste Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.1.12. Nomear os responsáveis das Áreas Técnica e Requisitante pelos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, bem como para Gestão e Fiscalização da execução do contrato;

5.1.1.13. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, especificando o serviço e início da execução dos serviços, vinculando-as necessariamente a uma Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Projeto Básico;

5.1.1.14. Atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo do objeto, juntamente com o Relatório Mensal da Área Técnica com a aprovação da Gestão do Contrato, e encaminhar a Nota Fiscal para pagamento após a verificação das condições de habilitação da Contratada (SICAF, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, CNJ, CEIS e CNEP e CADIN);

- 5.1.1.15. Proporcionar todas as facilidades necessárias à adjudicatária/beneficiária, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a prestação de serviço;
- 5.1.1.16. Solicitar à contratada, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 5.1.1.17. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada, visando à necessária e perfeita execução do objeto;
- 5.1.1.18. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato, detectadas pela Gestão e Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.1.1.19. Determinar correções ou adequações dos serviços junto à contratada, quando couber;
- 5.1.1.20. Aplicar à Contratada as sanções administrativas (penalidades) previstas na legislação vigente, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, mediante processo administrativo devidamente instruído, garantindo à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 5.1.1.21. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos neste Projeto Básico, inclusive somente devendo ser feito após a emissão da Nota Fiscal/Fatura e com os recebimentos provisórios e definitivos, o Relatório Mensal da Área Técnica com a aprovação da Gestão do Contrato, a autorização do (a) Ordenador (a) de Despesas e o devido atesto da Nota Fiscal/Fatura;
- 5.1.1.22. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.1.23. Contactar Fiscal Técnico (servidor da Área Técnica da UFPE – Superintendência de Tecnologia da Informação) nas situações em que forem necessárias a prestação de informações à configuração logística do sistema para viabilizar os acessos local e remoto ao programa;
- 5.1.1.24. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.1.25. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.1.26. Manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente instrumento, toda a documentação a ele referente.
- 5.1.2. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento equivalente (Nota de Empenho), bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

### 5.2.1. São obrigações da Contratada:

5.2.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

5.2.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.2.1.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.2.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

5.2.1.7. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

5.2.1.8. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

5.2.1.9. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;

5.2.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.2.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.1.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.2.1.13. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.1.14. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Gestão e

Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.1.15. Apresentar notas fiscais, observadas o disposto no item “Condições de Pagamento” deste Projeto Básico;

5.2.1.16. Disponibilizar permanentemente informações quanto às atualizações do sistema;

5.2.1.17. Dar ciência à UFPE das anormalidades ocorridas até a execução completa dos serviços ou mesmo mudança de endereço de acesso;

5.2.1.18. Fornecer relatórios de uso para fins de estatísticas e tomada de decisão sobre a continuidade do serviço;

5.2.1.19. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.1.20. relatar à Contratante toda e qualquer eventualidade e irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.2.1.21. manter durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico de Inexigibilidade de Licitação;

5.2.1.22. responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam sobre a prestação do serviço;

5.2.1.23. arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante;

5.2.1.24. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Projeto Básico de Dispensa de Licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.1.25. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.1.26. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC; e

5.2.1.27. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.

### **5.3. Da Subcontratação**

5.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **5.4. Da Alteração Subjetiva**

5.4.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato ou instrumento equivalente; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **6.1. Rotinas de Execução**

##### **6.1.1. Descrição dos eventos do período de ambientação**

6.1.1.1. Poderão ser realizados pela beneficiária reuniões, treinamentos e suportes técnicos, conforme solicitado e previamente agendadas pela Área Requisitante da Contratação (Biblioteca Setorial de Ciências Jurídicas/BC/UFPE), pela Área Técnica (Superintendência de Tecnologia da Informação) ou pela Diretoria da Biblioteca Central.

##### **6.1.2. Procedimentos para encaminhamento e controle de solicitações**

6.1.2.1. O controle e encaminhamento de solicitações à Contratada dar-se-ão por meio de Contrato, Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço, encaminhados juntamente com Ofício devidamente assinado pelo Responsável da Área Requisitante da contratação.

##### **6.1.3. Forma de execução e acompanhamento dos serviços**

6.1.3.1. A forma de execução dos serviços será através de chamados técnicos registrados pela CONTRATANTE no sistema de atendimento eletrônico da CONTRATADA, atendidos e resolvidos dentro de prazos de atendimento acordados entre as duas partes.

6.1.3.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.3.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.1.3.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

6.1.3.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade

efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.3.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.1.3.7. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.1.3.8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.3.9. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.3.10. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.1.3.11. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto consoantes necessidades e requisitos técnicos definidos no Estudo Técnico Preliminar e sanções, devendo apresentar Relatório Técnico Mensal, com o devido redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.1.3.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.1.3.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.1.3.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.1.3.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao



controle do prestador.

6.1.3.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.1.3.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, devendo submeter Relatório Técnico à Gestão do Contrato.

6.1.3.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.1.3.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.3.20. A Gestão e Fiscalização do Contrato deverão, ainda:

- a) Aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;
- b) Conhecer o projeto básico e seus anexos; a proposta da contratada; o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, todos devidamente instruídos no Processo Administrativo, sanando qualquer dúvida com as demais áreas responsáveis da Administração, objetivando o fiel cumprimento do contrato;
- c) Conhecer a descrição do objeto contratado (quantitativo, prazos, locais, serviço a ser prestado, mão de obra necessária e material a ser empregado), a depender dos papéis e atribuições;
- d) Conhecer e atuar em conformidade com o Manual de Gestão e Fiscalização da UFPE – (<https://www.ufpe.br/progest/orientacoes>); e
- e) Zelar pelo bom relacionamento com a Contratada, mantendo um comportamento ético, probo, íntegro e cortês, bem como, com os usuários, considerando que encontrarem-se investidos na qualidade de representantes da Administração.

6.1.3.21. A Gestão e Fiscalização do Contrato, bem como os responsáveis pelos recebimentos provisório e definitivo são, respectivamente:

- a) **Gestão do Contrato – Área Requisitante (Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas/BC/UFPE) – Servidor Jefferson Luiz Alves Nazareno, SIAPE nº 1959655;**
- b) **Fiscalização Técnica – Área Técnica (Superintendência de Tecnologia da Informação) – Servidor Fábio Rosa, SIAPE nº 1133064.**



6.1.3.22. Ainda na Gestão e Fiscalização, haverão os seguintes fiscais que darão à Gestão do Contrato:

- c) **Fiscal Requisitante – Área Requisitante (Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas/BC/UFPE)** – Servidor (a) Karine Vilela, SIAPE nº 1464227; e
- d) **Fiscal Administrativo – Área Administrativa (Coordenação Administrativa/BC/UFPE)** – José Roberto Albuquerque, SIAPE nº 1733228.

6.1.3.23. A **Fiscalização Técnica** e a responsabilidade pelo **recebimento provisório** desta contratação, dar-se-á por meio da **Área Técnica (Superintendência de Tecnologia da Informação)** que, além de observar as competências definidas na IN SGD/ME nº 1/2019 e demais disposições contidas neste Projeto Básico, deverá:

- a) testar a plataforma e fazer as solicitações de manutenção e suporte técnico necessários ao adequado funcionamento do sistema;
- b) verificar se todos requisitos técnicos de TIC foram devidamente atendidos pela beneficiária;
- c) emitir pareceres técnicos em relação aos aspectos de TIC em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções;
- d) emitir Relatório Técnico Mensal e submetê-lo à Gestão do Contrato;
- e) prestar assessoramento técnico à Área Requisitante, no que couber.

6.1.3.24. A **Gestão do Contrato** e a responsabilidade pelo **recebimento definitivo** dar-se-á por meio da **Área Requisitante da Contratação (Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas/BC/UFPE)**, que deverá observar as competências definidas na IN SGD/ME nº 1/2019 e demais disposições contidas neste Projeto Básico, bem como:

- a) receber definitivamente o objeto após o recebimento provisório realizado pela Área Técnica (Superintendência de Tecnologia da Informação);
- b) receber os Relatórios Técnicos Mensais e adotar as providências necessárias;
- c) solicitar à Contratada, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- d) emitir as ordens de serviços especificando o serviço e início da execução dos serviços, vinculando-as necessariamente a uma Nota de Empenho;
- e) acompanhar rotineiramente a execução contratual, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos, de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados, podendo ser auxiliado pelo Fiscal Técnico;
- f) acompanhar o funcionamento do sistema e registrar ocorrências de possíveis instabilidades no sistema, reclamações que a comunidade acadêmica tenha registrado pelos canais de comunicação com a Biblioteca do CCJ/UFPE, devendo observar os dados estatísticos de uso do sistema pela comunidade acadêmica da UFPE através de emissão de relatórios pelo sistema;
- g) adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato, detectadas, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, e comunicar formalmente à Área Técnica desta Contratação (Superintendência de

Tecnologia de Informação) todas ocorrências relacionadas à área de TIC;

h) assegurar-se de que a alocação dos recursos é suficiente para o cumprimento da contratação;

i) determinar correções ou adequações dos serviços junto à contratada, quando couber;

j) recomendar à administração a aplicação de sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais e instruir o processo no caso de aplicação de penalidades;

k) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

l) solicitar, se julgar necessário, assessoramento técnico (junto à Área Técnica – Superintendência de Tecnologia da Informação), contábil e jurídico no intuito de garantir o cumprimento do objeto contratado;

m) atestar e liberar a fatura (nota fiscal) para pagamento após a emissão da Nota Fiscal/Fatura pela empresa, o recebimento provisório pela Área Técnica (Superintendência de Tecnologia da Informação), a autorização do Ordenador (a) de Despesas da Diretoria da Biblioteca Central e juntamente com a declaração SICAF, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU, CNJ, CEIS e CNEP) e CADIN; abrir pasta de pagamento onde deverá constar cópia de a nota fiscal e a Ordem Bancária (OB) referentes à contratação;

n) emitir comunicações e notificações à Contratada, por meio escrito.

6.1.3.25. Os recebimentos provisórios e definitivos, bem como a Gestão e Fiscalização de que trata este item serão exercidos no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais.

6.1.3.26. O(s) representante(s) da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **6.1.4. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços**

6.1.4.1. Os prazos e horários da prestação dos serviços deverá obedecer aos requisitos estabelecidos no item 1 do Estudo Técnico Preliminar e as disposições estabelecidas ao longo deste Projeto Básico, em especial, quanto às definições apresentadas no item 4 deste Projeto Básico – Especificação dos Requisitos da Contratação.

#### **6.1.5. Documentação mínima exigida**

6.1.5.1. As documentações exigidas deverão ser as mesmas apresentadas pela Beneficiária no momento da habilitação para inexigibilidade de licitação, conforme item 12 deste Projeto Básico.

#### **6.1.6. Papéis e responsabilidades por parte da contratante e da contratada**

6.1.6.1. As obrigações do Contratante e da Contratada constam relacionados no item 5 deste Projeto Básico.

#### **6.1.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.1.7.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato dar-se-ão em conformidade com critérios de aceitação do objeto da contratação e em conformidade com este Projeto Básico e com a **Proposta da Beneficiária (ANEXO VI)**.

#### **6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.2.1.1. A aquisição de 01 (uma) cessão temporária de direitos de uso da plataforma vLex BRASIL Premium para acesso à base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, visa atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE.

6.2.1.2. Para definir a demanda, foi realizada análise minuciosa das necessidades pela Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas juntamente com a Direção do CCJ/UFPE, conforme exposto no Parecer Técnico/Justificativa constante nos autos.

#### **6.3. Mecanismos formais de comunicação**

6.3.1. Os mecanismos formais de comunicação serão: o Contrato, Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço, encaminhados juntamente com Ofício devidamente assinado pela Gestão do Contrato (Responsável da Área Requisitante da contratação).

#### 6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.4.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no ANEXO I.

### 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A Gestão e a Fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da UFPE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei no. 8.666, de 1993 e do art. 6º. Do Decreto no. 2.271, de 1997.

#### 7.1. Recebimento e Critérios de Aceitação do Objeto

7.1.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

7.1.2. O prazo para início da execução do objeto é imediato, contados do recebimento da Ordem de Serviço e da Nota de Empenho previsto para o dia 16/08/2021. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.1.3. O **início da execução** do objeto deverá ser comunicado ao Fiscal Técnico (responsável pela Área Técnica desta contratação – Superintendência de Tecnologia da Informação), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, da seguinte forma:

7.1.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.1.4. O recebimento do objeto desta contratação dar-se-á pelo Gestor do Contrato (Área Requisitante – Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas/BC/UFPE), no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a verificação do atendimento ao contido neste Projeto Básico e na proposta e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. O referido recebimento é ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.1.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização

e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.1.6. O objeto desta contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo os vícios, defeitos ou incorreções serem sanados no prazo máximo fixado pelo Gestor e/ou pelo Fiscal do Contrato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle. O representante da UFPE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1 e 2 do art. 67 da Lei no. 8.666, de 1993.

7.1.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei no. 8.666, de 1993.

7.1.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da UFPE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no. 8.666, de 1993.

## 7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. Por se tratar de aquisição de cessão temporária de direitos de uso da plataforma vLex BRASIL Premium, os procedimentos de teste e inspeção se basearão em testes de performance, além do acompanhamento durante a utilização do serviço. Deverá ser realizada a inspeção para verificar se todas as funcionalidades, coleções, títulos e/ou documentos, com as devidas atualizações, estão sendo entregues pela contratada, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos.

7.2.2. Será verificado o funcionamento dos canais de suporte.

## 7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. Espera-se, durante todo o período de vigência do contrato, a liberação de acesso total, ilimitado e multiusuário para consulta na plataforma VLEX BRASIL PREMIUM, de todos os títulos e/ou documentos, com as devidas atualizações, conforme proposta da beneficiária (ANEXO VI – Proposta da Beneficiária) e requisitos estabelecidos no item 1 do Estudo Técnico Preliminar.

## 7.4. Contrato ou instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)

7.4.1. Após a ratificação da inexigibilidade, será firmado o instrumento de Contrato, devidamente acompanhado da Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto já devidamente assinada, podendo ser admitida prorrogação da contratação, a critério único e exclusivo da UFPE, por até 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV do art. 57 e do art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

7.4.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, à Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU, CNJ, CEIS e CNEP) e ao CADIN para identificar eventual proibição da beneficiária de contratar com o Poder Público.

7.4.2.1. A Beneficiária terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Projeto Básico e no Contrato.

7.4.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para aceite da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para aceite da Beneficiária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (*email*), para que seja aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

7.4.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da beneficiária e aceita pela Administração.

7.4.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, à Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU, CNJ, CEIS e CNEP) e bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

7.4.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo.

## 7.5. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.5.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Inexigibilidade, a Administração poderá, garantido a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b) **multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da aquisição, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;
- c) **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

7.5.2. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o UFPE poderão ser aplicadas à empresa contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.5.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta Dispensa de Licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.5.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.5.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.5.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5.7. As sanções e glosas do órgão/entidades que poderão ser utilizados são:



Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não ministrar o treinamento na data acordada/agendada com as Áreas Requisitante e Técnica da contratação.	Advertência. Em caso de reincidência, 20% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a inexigibilidade, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos, conforme inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 20% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 01 (um) ano para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 20% do valor da contratação.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 01 (um) ano para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 20% do valor da contratação.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao responsável pela Área Requisitante da Contratação.	Multa de 20% do valor da contratação. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando suspensão temporária de 01 (um) ano para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo das demais cominações legais, e a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao ao responsável pela Área Requisitante da Contratação.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 horas úteis.	Multa de 2% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 08 (oito) dias úteis.
		Após o limite de 15 (quinze) dias úteis, aplicar-se-á multa de 20% do valor total do Contrato.
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais,	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do



	funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
13	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 20% do valor total do Contrato.
14	Para as metas cujo indicador seja do tipo "prazo", a cada chamado atendido com prazo de  1. até 50% (cinquenta por cento) acima do prazo estipulado 2. superior a 50% (cinquenta por cento) e até 100% (cem por cento) acima do prazo estipulado 3. superior a até 100% (cem por cento) acima do prazo estipulado	Multa de:  1. 0,5% (meio por cento) do valor mensal do Contrato 2. 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato 3. 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato por cada dia de atraso

## 7.6. Do Pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.6.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

7.6.3. A Nota Fiscal deverá conter os dados da Contratada (número do CNPJ, razão social, endereço e dados bancários – nome e número do banco, número da agência e conta bancária), contendo a especificação do objeto deste Projeto Básico, bem como os preços unitários e preço global do objeto e, quando for o caso, preços unitários e o valor total e comprovante de

recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais e o seu aceite (quando da entrega total ou parcelada e de acordo com o solicitado), pelo servidor designado pela Administração da UFPE.

7.6.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.6.5. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.6.1. o prazo de validade;

7.6.6.2. a data da emissão;

7.6.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.6.6.4. o período de prestação dos serviços;

7.6.6.5. o valor a pagar; e

7.6.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.7.1. não produziu os resultados acordados;

7.6.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.6.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.6.8. O **pagamento somente será autorizado** depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada. Vale salientar que, o pagamento além de ser precedido da **emissão da Nota Fiscal**, deverá ser precedido também do:

7.6.8.1. **recebimento provisório** pelo Fiscal do Contrato (Área Técnica – Superintendência de Tecnologia da Informação);

7.6.8.2. **recebimento definitivo e atesto na Nota Fiscal** pelo (a) Gestor (a) do Contrato (Área Requisitante – Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas/BC/UFPE); e

7.6.8.3. **autorização do (a) Ordenador (a) de Despesa** (Diretoria da Biblioteca Central).

7.6.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.6.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF, à Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU, CNJ, CEIS e CNEP) e ao CADIN para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.

7.6.12. Constatando-se, junto ao SICAF, ao TCU, CNJ, CEIS e CNEP a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. O CADIN não é impeditivo para contratação, contudo, se for identificada inadimplência na consulta, por zelo, a Contratada deverá ser notificada.

7.6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.6.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.6.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.6.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

7.6.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 7.7. Da Rescisão Contratual

7.7.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

7.7.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

7.7.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.7.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

7.7.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.7.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.7.4.3. Indenizações e multas.

## 7.8. Das Vedações

7.8.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 7.9. Das Alterações

7.9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

7.9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.9.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão

exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 7.10. Dos Casos Omissos

7.10.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 7.11. Da Publicação

7.11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1.1. O valor global anual para contratação do serviço, objeto deste Projeto Básico, corresponde a **R\$ 34.752,00** (trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais), com parcelas mensais de **R\$ 2.896,00** (dois mil oitocentos e noventa e seis reais).

8.1.2. O valor proposto pela V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA. segue na Proposta da Beneficiária (ANEXO VI).

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	Cessão temporária de direitos de uso da plataforma vLex BRASIL Premium para acesso a base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, para atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE.	12	meses	<b>R\$ 2.896,00</b>	<b>R\$ 34.752,00</b>

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. A **Pesquisa de Preços** e a **Declaração de Vantajosidade da Contratação**, constam, respectivamente nos ANEXOS IV e V.

8.4. A pesquisa de preços foi realizada conforme os parâmetros estabelecidos nas Instruções Normativas nº 73, de 5 de agosto de 2020, e nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. Os recursos para a execução da despesa proveniente do presente Termo correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Tesouro Nacional, cuja reserva orçamentária será indicada pela Diretoria de Orçamento e Finanças da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN/DORC.

9.2. Vale ressaltar que a referida demanda não se encontra prevista no SERVIÇOS TIC – PAC 2021 UFPE, conforme justificado no **Documento de Oficialização da Demanda – DOD** (docs. 19 e 20), contudo, foi solicitada a inclusão desta demanda à STI (docs. 03 e 18).

## 10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço e da Nota de Empenho pela Contratada, com **previsão de início em 16/08/2021**, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantida as condições de inexigibilidade de licitação.

10.2. Vale salientar que deverão ser observados a forma de execução e acompanhamento dos serviços e critérios de aceitação do objeto da contratação, bem como as obrigações da CONTRATANTE (UFPE) e da CONTRATADA, em conformidade com este Projeto Básico e com a **Proposta da Beneficiária** (ANEXO VI).

## 11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços

contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento ou quando da celebração de aditivo, este último, em caso de prorrogação a critério único e exclusivo da UFPE e mediante manutenção das condições de habilitação.

## **12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

12.1.1. Este Projeto Básico guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, à Inexigibilidade de Licitação nº \_\_\_\_/2021, à Proposta de Preços da CONTRATADA, ao Contrato e/ou Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo nº 23076.053462/2021-47 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

### **12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

12.2.1. Não se aplica.

### **12.3. Critérios de Habilitação do Fornecedor**

#### **12.3.1. Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista:**

12.3.1.1. Como condição prévia à declaração de inexigibilidade e contratação da beneficiária, para fins de habilitação da mesma, a Administração verificou o eventual descumprimento das



condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros da empresa e de seu representante legal:

- a) SICAF, devendo a beneficiária estar nele regulamente cadastrada e em situação regular perante à Receita Federal e PGFN, FGTS, Trabalhista, Receita Estadual, Receita Municipal e Qualificação Econômico-Financeira;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- f) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN.

12.3.1.2. A beneficiária também apresentou:

- a) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;
- b) declaração de cumprimento aos termos da Lei nº 9.854/1999;
- c) declaração de não parentesco;
- d) declaração de não condenação em processos criminais;
- e) cópia do Estatuto;
- f) cópia da Procuração;
- g) cópia da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 23/11/2020, por meio da qual foi registrada a Eleição e Posse da Composição do Conselho de Administração da APC para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023.

12.3.1.3. Em nome da beneficiária, foi realizada consulta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a mesma encontra-se em situação ativa. Em nome do representante legal foi realizada consulta no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF).

**12.3.2. Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**12.3.3. Qualificação Técnica**

- a) **Certidão de Exclusividade** nº 210707/37.256 expedida pela Associação Brasileira das Empresas de Software, datado de 07/07/2021, com validade de 180 (cento e vinte) dias,



que comprova que a V3 Service é fornecedora exclusiva, sendo a única distribuidora no Brasil da empresa VLEX NETWORKS S.L., autorizada a distribuir em todo o território nacional as Bases de Dados do portal VLEX.com.

12.3.4. Além disso, farão parte da habilitação as seguintes documentações devidamente assinadas: ANEXO I – Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção e Sigilo e Cumprimento das Normas de Segurança da Informação, ANEXO II – Modelo de Declaração de Conhecimento do Objeto e ANEXO III – Modelo de Termo de Compromisso Bilateral no Tratamento de Dados Pessoais – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

12.3.5. Todas as documentações referentes à habilitação apontadas acima constam no processo administrativo a que se refere este projeto básico.

### 13. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação está formalizado no Documento de Oficialização da Demanda, item 10.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

<p><b>Integrante Requisitante</b> Jefferson Nazareno Bibliotecário-Documentalista SIAPE nº 1959655</p>	<p><b>Integrante Técnico</b> Fábio Rosa Técnico de TI SIAPE: 1133064</p>	<p><b>Integrante Administrativo</b> Fabiana Leleu Administradora SIAPE nº 2960422</p>
--	--	---

<b>Autoridade Máxima da Área de TIC</b>
<p>MARCO AURELIO BENEDETTI RODRIGUES SUPERINTENDENTE SIAPE: 1512338</p>

Recife, 18 de julho de 2021.

Aprovo,

Autoridade Competente
-----------------------

<p><i>Andreia Alcântara dos Santos</i> <i>Diretora da Biblioteca Central</i> <i>SIAPE nº 1662493</i></p>
--

*Recife, 18 de julho de 2021.*

*São anexos deste Projeto Básico:*

**ANEXO I** – Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção e Sigilo e Cumprimento das Normas de Segurança da Informação

**ANEXO II** – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto

**ANEXO III** – Modelo de Termo de Compromisso Bilateral no Tratamento de Dados Pessoais – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

**ANEXO IV** – Pesquisa de Preços

**ANEXO V** – Declaração de Vantajosidade da Contratação

**ANEXO VI** – Proposta da Beneficiária

## ANEXO I

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A **Universidade Federal de Pernambuco**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o 24.134.488/0001-08, com sede à Avenida Prof. Moraes Rego, no 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada, nos termos do art. 33, inciso IX, de seu Estatuto, por seu Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União no 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, inscrito no CPF sob o nº 419.720.744,15, portador da Carteira de Identidade no 2.680.490 SSP/PE, residente nesta cidade, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.422.562/0001-02, situada Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367, andar 2, conj. 205, Paraíso, São Paulo, São Paulo, CEP 01401-000, inscrição estadual nº 146683315115, inscrição municipal nº 41272609, representada neste ato pelo Sr. Paulo Roberto Rodrigues, brasileiro, casado, Procurador/Sócio, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 15.182.455-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 057.565.768-51, residente e domiciliado na Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro, São Paulo, São Paulo, CEP 01049-911, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º \_\_\_\_/2021** doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, oriundo da **inexigibilidade de licitação nº \_\_\_\_/2021**, vinculada ao **processo administrativo nº 23076.053462/2021-47**, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

#### Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**Informação:** é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

**Informação Pública ou Ostensiva:** são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

**Informações Sensíveis:** são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

**Informações Sigilosas:** são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

**Contrato Principal:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### **Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### **Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes; VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Justiça Federal de Pernambuco, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

De Acordo.

CONTRATANTE	CONTRATADA
<p><b>ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415</b></p> <p><small>Assinado de forma digital por ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415 Dados: 2021.08.16 16:52:52 -03'00'</small></p> <hr/> <p><b>UFPE</b>  <b>Prof. Alfredo Macedo Gomes</b>  <b>Reitor</b>  <b>RG nº 2.680.490 SSP/PE</b></p>	<p><b>PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851</b></p> <p><small>Assinado de forma digital por PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851 Dados: 2021.08.16 11:40:57 -03'00'</small></p> <hr/> <p><b>V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.</b>  <b>Paulo Roberto Rodrigues</b>  <b>Sócio</b>  <b>RG nº 15.182.455-1 SSP/SP</b></p>
Testemunha 1	Testemunha 2
<hr/> <p>Nome: CPF nº:</p>	<hr/> <p>Nome: CPF nº:</p>

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

DECLARAMOS, para fins, que a Empresa **V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.422.562/0001-02, situada Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367, andar 2, conj. 205, Paraíso, São Paulo, São Paulo, CEP 01401-000, inscrição estadual nº 146683315115, inscrição municipal nº 41272609, representada neste ato pelo Sr. Paulo Roberto Rodrigues, tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado por meio do **processo administrativo nº 23076.053462/2021-47**, referente à prestação de serviço cessão temporária de direitos de uso da plataforma **vLex BRASIL Premium** para acesso a base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, para atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE, assumindo total responsabilidade por esse fato, estamos cientes de que quaisquer reivindicações posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente, não será considerada, e nos comprometemos a prestar fielmente os serviços nos termos do Projeto Básico e seus anexos que compõem o processo na modalidade de contratação Inexigibilidade.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

PAULO ROBERTO  
RODRIGUES:05756576851

Assinado de forma digital por PAULO  
ROBERTO RODRIGUES:05756576851  
Dados: 2021.08.16 11:41:18 -03'00'

V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.

Paulo Roberto Rodrigues

Sócio

RG nº 15.182.455-1 SSP/SP



## ANEXO III

### TERMO DE COMPROMISSO BILATERAL NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A **Universidade Federal de Pernambuco**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o 24.134.488/0001-08, com sede à Avenida Prof. Moraes Rego, no 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada, nos termos do art. 33, inciso IX, de seu Estatuto, por seu Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União no 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, inscrito no CPF sob o nº 419.720.744,15, portador da Carteira de Identidade no 2.680.490 SSP/PE, residente nesta cidade, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.422.562/0001-02, situada Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367, andar 2, conj. 205, Paraíso, São Paulo, São Paulo, CEP 01401-000, inscrição estadual nº 146683315115, inscrição municipal nº 41272609, representada neste ato pelo Sr. Paulo Roberto Rodrigues, brasileiro, casado, Procurador/Sócio, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 15.182.455-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 057.565.768-51, residente e domiciliado na Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro, São Paulo, São Paulo, CEP 01049-911, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º \_\_\_\_/2021** doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, oriundo da **inexigibilidade de licitação nº \_\_\_\_/2021**, vinculada ao **processo administrativo nº 23076.053462/2021-47**, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO BILATERAL NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados, deve ser observada pela União, Estados, Distrito Federal e Município, devendo ser aplicada em qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo o tratamento de dados pessoais identificados como qualquer informação relacionada a pessoa natural. Nesse sentido, registra-se que para a execução do presente contrato, a CONTRATADA terá apenas acesso aos dados empresariais relacionados à Pessoa Jurídica da CONTRATANTE.

Para fins deste CONTRATO, consideram-se Dados Pessoais quaisquer informações que permitam a identificação exata e precisa de uma determinada pessoa.

Nesse sentido, considerando a legislação aplicável e a gestão dos Dados Pessoais, a CONTRATANTE será considerada a controladora e a CONTRATADA será considerada a processadora em relação aos eventuais dados pessoais processados para a realização do objeto

contratual.

A CONTRATANTE será a única responsável por determinar as finalidades e o modo em que os eventuais dados pessoais poderão ser processados sob o CONTRATO.

Assim, compete, exclusivamente, à CONTRATANTE realizar o tratamento de dados pessoais de seus clientes e colaboradores seguindo a sua finalidade específica, sendo a CONTRATANTE será considerada controladora dos referidos dados.

No mesmo sentido, compete a CONTRATANTE, como única controladora de dados pessoais, fornecer a assistência necessária, quando solicitada pelos titulares dos dados pessoais, ou demais questionamentos realizados por qualquer autoridade competente. Devendo a CONTRATADA cooperar com a CONTRATANTE no que for solicitado.

A CONTRATANTE afirma conhecer e respeitar todos os termos estabelecidos na Política de Privacidade da CONTRATADA, com acesso disponibilizado, por meio do endereço eletrônico: <https://privacidade.grupomarista.org.br/Privacidade/>

A CONTRATANTE afirma ainda conhecer e respeitar todas as informações relacionadas a segurança e privacidade da LGPD/GDPR formulada pela CONTRATADA, cujo acesso encontra-se disponível, por meio do endereço eletrônico: <https://privacidade.grupomarista.org.br/Privacidade/>

Cessando as necessidades efetivas para a consecução do objeto contratual as PARTES declaram que os dados serão devidamente excluídos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

De Acordo.

C O N T R A T A N T E	C O N T R A T A D A
<b>ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415</b> <small>Assinado de forma digital por ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415 Dados: 2021.08.16 16:52:26 -03'00'</small>	<b>PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851</b> <small>Assinado de forma digital por PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851 Dados: 2021.08.16 11:41:44 -03'00'</small>
<b>UFPE</b> <b>Prof. Alfredo Macedo Gomes</b> <b>Reitor</b> <b>RG nº 2.680.490 SSP/PE</b>	<b>V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.</b> <b>Paulo Roberto Rodrigues</b> <b>Sócio</b> <b>RG nº 15.182.455-1 SSP/SP</b>
Testemunha 1	Testemunha 2
Nome: CPF nº:	Nome: CPF nº:



Emitido em 29/07/2021

**PROJETO BASICO Nº 2/2021 - CAD (11.24.04)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 30/07/2021 11:43 )*

**ANDREIA ALCANTARA DOS SANTOS**

*DIRETOR*

*1662493*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 11:48 )*

**FABIANA CIBELE LELEU DA COSTA ARAUJO**

*ADMINISTRADOR*

*2960422*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 12:11 )*

**FABIO ROSA**

*TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO*

*1133064*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 13:12 )*

**JEFFERSON LUIZ ALVES NAZARENO**

*BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA*

*1959655*

*(Assinado digitalmente em 02/08/2021 09:09 )*

**MARCO AURELIO BENEDETTI RODRIGUES**

*SUPERINTENDENTE*

*1512338*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **2**,  
ano: **2021**, tipo: **PROJETO BASICO**, data de emissão: **29/07/2021** e o código de verificação: **af02b1ac0f**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

## **Anexos I, II e III do Projeto Básico**

**Processo Administrativo nº 23076.053472/2021-47**

**Biblioteca Digital – *vLex BRASIL Premium***

Recife, 18 julho de 2021.

## ANEXO I

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A **Universidade Federal de Pernambuco**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o 24.134.488/0001-08, com sede à Avenida Prof. Moraes Rego, no 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada, nos termos do art. 33, inciso IX, de seu Estatuto, por seu Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União no 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, inscrito no CPF sob o nº 419.720.744,15, portador da Carteira de Identidade no 2.680.490 SSP/PE, residente nesta cidade, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.422.562/0001-02, situada Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367, andar 2, conj. 205, Paraíso, São Paulo, São Paulo, CEP 01401-000, inscrição estadual nº 146683315115, inscrição municipal nº 41272609, representada neste ato pelo Sr. Paulo Roberto Rodrigues, brasileiro, casado, Procurador/Sócio, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 15.182.455-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 057.565.768-51, residente e domiciliado na Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro, São Paulo, São Paulo, CEP 01049-911, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º \_\_\_\_/2021** doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, oriundo da **inexigibilidade de licitação nº \_\_\_\_/2021**, vinculada ao **processo administrativo nº 23076.053462/2021-47**, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

#### Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**Informação:** é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

**Informação Pública ou Ostensiva:** são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

**Informações Sensíveis:** são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

**Informações Sigilosas:** são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

**Contrato Principal:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### **Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### **Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes; VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;



VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Justiça Federal de Pernambuco, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

De Acordo.

CONTRATANTE	CONTRATADA
<p><b>ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415</b></p> <p><small>Assinado de forma digital por ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415 Dados: 2021.08.16 16:53:47 -03'00'</small></p> <hr/> <p><b>UFPE</b>  <b>Prof. Alfredo Macedo Gomes</b>  <b>Reitor</b>  <b>RG nº 2.680.490 SSP/PE</b></p>	<p><b>PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851</b></p> <p><small>Assinado de forma digital por PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851 Dados: 2021.07.23 14:46:46 -03'00'</small></p> <hr/> <p><b>V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.</b>  <b>Paulo Roberto Rodrigues</b>  <b>Sócio</b>  <b>RG nº 15.182.455-1 SSP/SP</b></p>
Testemunha 1	Testemunha 2
<hr/> <p>Nome: CPF nº:</p>	<hr/> <p>Nome: CPF nº:</p>

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

DECLARAMOS, para fins, que a Empresa **V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.422.562/0001-02, situada Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367, andar 2, conj. 205, Paraíso, São Paulo, São Paulo, CEP 01401-000, inscrição estadual nº 146683315115, inscrição municipal nº 41272609, representada neste ato pelo Sr. Paulo Roberto Rodrigues, tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado por meio do **processo administrativo nº 23076.053462/2021-47**, referente à prestação de serviço cessão temporária de direitos de uso da plataforma **vLex BRASIL Premium** para acesso a base dados de conteúdo jurídico nacional (legislações, jurisprudências, doutrinas, notícias, modelos de contratos e petições), mediante assinatura, por 12 (doze) meses, prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, a critério único e exclusivo da UFPE e mantidas as condições de inexigibilidade de licitação, para atender às necessidades de ensino e pesquisa da comunidade acadêmica desta Universidade, em especial, dos alunos e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPE, assumindo total responsabilidade por esse fato, estamos cientes de que quaisquer reivindicações posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente, não será considerada, e nos comprometemos a prestar fielmente os serviços nos termos do Projeto Básico e seus anexos que compõem o processo na modalidade de contratação Inexigibilidade.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

PAULO ROBERTO  
RODRIGUES:05756576851

Assinado de forma digital por  
PAULO ROBERTO  
RODRIGUES:05756576851  
Dados: 2021.07.23 14:46:09 -03'00'

V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.

Paulo Roberto Rodrigues

Sócio

RG nº 15.182.455-1 SSP/SP

## ANEXO III

### TERMO DE COMPROMISSO BILATERAL NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A **Universidade Federal de Pernambuco**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o 24.134.488/0001-08, com sede à Avenida Prof. Moraes Rego, no 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada, nos termos do art. 33, inciso IX, de seu Estatuto, por seu Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União no 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, inscrito no CPF sob o nº 419.720.744,15, portador da Carteira de Identidade no 2.680.490 SSP/PE, residente nesta cidade, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.422.562/0001-02, situada Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367, andar 2, conj. 205, Paraíso, São Paulo, São Paulo, CEP 01401-000, inscrição estadual nº 146683315115, inscrição municipal nº 41272609, representada neste ato pelo Sr. Paulo Roberto Rodrigues, brasileiro, casado, Procurador/Sócio, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 15.182.455-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 057.565.768-51, residente e domiciliado na Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro, São Paulo, São Paulo, CEP 01049-911, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º \_\_\_\_/2021** doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, oriundo da **inexigibilidade de licitação nº \_\_\_\_/2021**, vinculada ao **processo administrativo nº 23076.053462/2021-47**, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO BILATERAL NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados, deve ser observada pela União, Estados, Distrito Federal e Município, devendo ser aplicada em qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo o tratamento de dados pessoais identificados como qualquer informação relacionada a pessoa natural. Nesse sentido, registra-se que para a execução do presente contrato, a CONTRATADA terá apenas acesso aos dados empresariais relacionados à Pessoa Jurídica da CONTRATANTE.

Para fins deste CONTRATO, consideram-se Dados Pessoais quaisquer informações que permitam a identificação exata e precisa de uma determinada pessoa.

Nesse sentido, considerando a legislação aplicável e a gestão dos Dados Pessoais, a CONTRATANTE será considerada a controladora e a CONTRATADA será considerada a processadora em relação aos eventuais dados pessoais processados para a realização do objeto

contratual.

A CONTRATANTE será a única responsável por determinar as finalidades e o modo em que os eventuais dados pessoais poderão ser processados sob o CONTRATO.

Assim, compete, exclusivamente, à CONTRATANTE realizar o tratamento de dados pessoais de seus clientes e colaboradores seguindo a sua finalidade específica, sendo a CONTRATANTE será considerada controladora dos referidos dados.

No mesmo sentido, compete a CONTRATANTE, como única controladora de dados pessoais, fornecer a assistência necessária, quando solicitada pelos titulares dos dados pessoais, ou demais questionamentos realizados por qualquer autoridade competente. Devendo a CONTRATADA cooperar com a CONTRATANTE no que for solicitado.

A CONTRATANTE afirma conhecer e respeitar todos os termos estabelecidos na Política de Privacidade da CONTRATADA, com acesso disponibilizado, por meio do endereço eletrônico: <https://privacidade.grupomarista.org.br/Privacidade/>

A CONTRATANTE afirma ainda conhecer e respeitar todas as informações relacionadas a segurança e privacidade da LGPD/GDPR formulada pela CONTRATADA, cujo acesso encontra-se disponível, por meio do endereço eletrônico: <https://privacidade.grupomarista.org.br/Privacidade/>

Cessando as necessidades efetivas para a consecução do objeto contratual as PARTES declaram que os dados serão devidamente excluídos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

De Acordo.

C O N T R A T A N T E	C O N T R A T A D A
<b>ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415</b> <small>Assinado de forma digital por ALFREDO MACEDO GOMES:41972074415 Dados: 2021.08.16 16:53:19 -03'00'</small>	<b>PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851</b> <small>Assinado de forma digital por PAULO ROBERTO RODRIGUES:05756576851 Dados: 2021.07.23 11:59:35 -03'00'</small>
<b>UFPE</b> <b>Prof. Alfredo Macedo Gomes</b> <b>Reitor</b> <b>RG nº 2.680.490 SSP/PE</b>	<b>V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA.</b> <b>Paulo Roberto Rodrigues</b> <b>Sócio</b> <b>RG nº 15.182.455-1 SSP/SP</b>
Testemunha 1	Testemunha 2
Nome: CPF nº:	Nome: CPF nº:



---

*Emitido em 16/08/2021*

**CONTRATO Nº 869/2021 - CAD (11.24.04)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 16/08/2021 11:54 )*  
FABIANA CIBELE LELEU DA COSTA ARAUJO  
ADMINISTRADOR  
2960422

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**869**, ano: **2021**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **16/08/2021** e o código de verificação: **21d69a543d**



---

*Emitido em 16/08/2021*

**CONTRATO Nº 870/2021 - GR (11.01)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 16/08/2021 17:21 )*

**THAIS BUARQUE VIEIRA DE MELLO**

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*2274671*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**870**, ano: **2021**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **16/08/2021** e o código de verificação: **fee371766e**



---

*Emitido em 16/08/2021*

**CONTRATO Nº 871/2021 - CGC PROGEST (12.69.11)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 16/08/2021 18:28 )*

**FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES**

*COORDENADOR*

*2177340*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**871**, ano: **2021**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **16/08/2021** e o código de verificação: **0a0bb2edde**